

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA



A Ordem dos Engenheiros Portugueses, através da Comissão de Especialização em Engenharia e Gestão Industrial, de que sou coordenador, organizou recentemente uma conferência sobre “O Investimento Estrangeiro no Desenvolvimento Económico do País”, onde apresentei uma comunicação subordinada ao tema “Um Modelo Multicritério para Avaliação do Investimento Estrangeiro em Portugal”.

ESTA FERRAMENTA
PODE, TAMBÉM,
SER UTILIZADA
NA ANÁLISE DO
INVESTIMENTO
NACIONAL
ENTRE AS VÁRIAS
PROVÍNCIAS DO
PAÍS, CONSTITUINDO
UMA BASE PARA O
ESTABELECIMENTO
DE UMA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO
EQUILIBRADO
DO TERRITÓRIO
ANGOLANO.

Nesta comunicação procurei desenvolver um modelo de análise das alternativas de investimento estrangeiro aplicável, genericamente, a qualquer país e a sua utilização na análise do posicionamento competitivo de Portugal.

A conferência original poderá ser disponibilizada às instâncias governamentais angolanas responsáveis pela atracção de investimento estrangeiro que mostrem interesse no seu estudo. No presente artigo irei desenvolver a utilização deste Modelo Multicritério na atracção de investimento estrangeiro para Angola, adaptando-o à realidade angolana, através da introdução de novas variáveis de análise.

O Investimento Estrangeiro será classificado, nesta aproximação, em função da sua Dimensão Empresarial, Tecnologias, Sector de Actividade e Origem Geográfica. O modelo proposto para Angola contempla 12 Factores de Localização, mais dois do que o modelo para Portugal, integrando o Enquadramento Político-Legal e o Risco Cambial, além das Infra-estruturas Físicas, Sociais e Tecnológicas, Acessibilidades, Mão-de-obra, Licenciamentos, Sistemas de Justiça, Educação e Saúde, Qualidade de Vida, Legislação e Conflitualidade Laboral, Incentivos Fiscais e Financeiros e uma Matriz de Investimentos com quatro quadrantes, englobando Unidades de Grande Dimensão de Tecnologia Madura (I), ou Disruptiva (II) e Unidades de Média Dimensão, de Tecnologia Madura (III) ou Disruptiva (IV).

Na análise das potencialidades de atracção de Angola, o modelo deve promover a análise comparada de localizações, duas a duas, com um processo de decisão baseado em factores de concordância – factores em que o país é melhor – e de discordância – onde se verifica o contrário.

Em termos de localizações alternativas, o modelo deve contemplar a análise comparada da

atractividade de Angola em relação a outros países da África Austral, em particular a África do Sul.

As primeiras conclusões que se podem retirar deste modelo apontam para:

- Posicionamento negativo de Angola na atracção de grandes e médias unidades empresariais, de tecnologia disruptiva, essencialmente por força da fragilidade da sua infra-estrutura tecnológica actual e da limitação de quadros tecnológicos.

- Posicionamento negativo na atracção de grandes unidades empresariais de tecnologia madura, por força da carência de infra-estruturas físicas, em particular no domínio da logística.

- Posicionamento médio na atracção de unidades de média dimensão, de tecnologia madura, por força dos aspectos positivos ligados à disponibilidade de incentivos financeiros e às perspectivas de crescimento do mercado angolano.

Em termos das diferentes províncias de Angola, o modelo permite, ainda, verificar o grande fosso que existe entre a atractividade das províncias do litoral das restantes províncias do país.

Esta ferramenta que acabo de descrever, e que ensinava aos meus alunos de Projecto Empresarial do ISCTE, é de uma enorme utilidade para a avaliação, tecnicamente rigorosa, deste tema e para focar a actuação das agências governamentais responsáveis pela gestão de sistemas de apoio ao investimento estrangeiro.

Mas pode, também, ser utilizada na análise do investimento nacional entre as várias províncias do país, constituindo uma base para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento equilibrado do território angolano e de inversão do fluxo de angolanos para as províncias do litoral, onde se encontram as maiores oportunidades de emprego e satisfação profissional. Têm a palavra, os decisores políticos! &